



VILAREALSTºANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aprovado em sessão
ordinária de

21 Nov. 2016

ATA N.º 03/2016

Ao vigésimo oitavo dia do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **Maria do Rosário Papafina Proença**, a presidir à Assembleia Municipal, **Miguel Moreira da Costa** como Primeiro Secretário, **Alexandre Hermínio Drago Madeira** como Segundo Secretário, e os membros eleitos das Bancadas do PSD, PS, CDU e BLOCO DE ESQUERDA, nomeadamente **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Vítor Manuel F. Figueiredo Rosa**, **Maria Alexandra Martins do Livramento**, **António José Cardoso Gomes**, **David Miguel Vasques da Silva**, **Lara Sofia Vairinhos Rosa**, **Armando José Parra da Silva**, **Jorge Manuel dos Santos Pinto**, **Maria da Conceição Freitas Granado**, **Luis Miguel Guerreiro Romão**, **José Roberto Leitão Guerreiro**, **Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro**, **Ricardo José Madeira Cipriano**, **Rosa Maria Baptista Ribeiro Cabrita**, **José João da Rosa Gonçalves**, **Rui João Gutierrez Setúbal**, **António Filipe Parra Martins**, **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**, **Luís Manuel Negrão Vargas** e **José Manuel Modesto Dourado**, e conforme Edital de 20 de abril de 2016, reuniu em sessão ORDINÁRIA a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

ABERTURA DA SESSÃO: O 1º Secretário procedeu à chamada. No PSD registaram-se as ausências de **José Carlos Costa Barros** que foi substituído por **António José Cardoso Gomes** e de **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança**, substituído por **Vítor Manuel F. Figueiredo Rosa**. No PS registaram-se as ausências de **Luis Manuel da Rosa Fernandes** que foi substituído por **José João da Rosa Gonçalves** e de **Albertina da Piedade Fernandes Madeira** substituído por **Rosa Maria Batista Ribeiro Cabrita**. -----

Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - **António Manuel Cipriano Cabrita** propôs a aprovação de um voto de louvor ao **Lusitano Futebol Clube** pelo seu centenário. -----

António Filipe Parra Martins propôs que fosse votada a inclusão na Ordem do Dia ou a discussão no período de Antes da Ordem do Dia as Moções enviadas pela CDU em 21 de abril último. -----

Luís Miguel Guerreiro Romão disse subscrever o voto de louvor do PSD. -----

Interveio de novo **António Manuel Cipriano Cabrita** para referir que não concorda com a inclusão das Moções da CDU por terem chegado à Assembleia Municipal fora do prazo regimental e opinou que se a CDU queria louvar o Lusitano não deveria fazê-lo com Moções mas sim com um voto de louvor. Acrescentou ainda que o Lusitano vale muito mais do que qualquer partido, que chegou ao lugar que está por ter saído da orla dos partidos e que se as pessoas gostassem mesmo do Lusitano participavam mais nas atividades do clube.-----

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** disse que, à partida, as Moções não podem ser discutidas porque chegaram fora do prazo. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes afirmou que efetivamente as Moções foram enviadas fora do prazo e por isso não podem ser consideradas na Ordem do Dia mas podem ser apresentadas para discussão no período de Antes da Ordem do Dia e que os membros da Assembleia também receberam um dos documentos para análise fora do prazo. -----

Procedeu-se à votação da inclusão das Moções “Saudação ao 1.º de Maio – Dia Internacional dos Trabalhadores”, “Pelo cumprimento da Constituição e a concretização da regionalização” e Moção de Saudação ao Lusitano Futebol Clube. A inclusão das Moções **NÃO FOI APROVADA** com os votos contra da bancada do **PSD**. -----

Interveio **Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro** que disse subscrever na íntegra o louvor do PSD e opinou que o Lusitano é um Clube que, pelo seu percurso, tem de ser louvado e prestigiado. -----

António Filipe Parra Martins disse subscrever o louvor da bancada do **PSD** ao Lusitano Futebol Clube e informou que tendo em conta a votação anterior, as Moções da sua bancada passam a Declarações Políticas e de seguida leu-as. -----

António Manuel Cipriano Cabrita pediu a palavra para dizer que regista a falta de respeito que a bancada da CDU revelou para com as decisões maioritárias desta Assembleia e que aquela bancada, face à não-aceitação de discussão e apresentação das Moções, acabou por lê-las e os restantes membros da Assembleia, democraticamente obrigados, acabaram por ouvir. Sublinhou ainda que esta é a democracia da CDU. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes afirmou que a CDU apenas cumpriu o regulamento, apresentando no período de Antes da Ordem do Dia as Moções que não foram aceites, e que

se o deputado **António Cabrita** conhecesse o regimento sabia que a CDU estava a cumpri-lo, não estando a forçar nada nem a agir antidemocraticamente. -----

Pelos membros **António Filipe Parra Martins** e **José Manuel Modesto Dourado** foram, de seguida, colocadas algumas questões. -----

António Filipe Parra Martins perguntou para quando a implementação das 35 horas para os funcionários da empresa municipal. Frisou a implementação da taxa turística aprovada na última reunião de Assembleia e o facto de o Presidente da Câmara Municipal ter afirmado que os hoteleiros não se mostravam contra esta taxa e informou que, no entanto, a comunicação social diz o contrário. Nesse enquadramento, perguntou que contatos houve com os hoteleiros do concelho já que não parece haver unanimidade nesta questão. Quanto aos planos de inserção disse haver centenas de pessoas incluídas nestes programas cujos contratos não vão ser renovados e perguntou o que é que a autarquia apresenta como solução para colmatar as necessidades que ao longo destes anos tem vindo a assumir com os trabalhadores e se existe a possibilidade de abrir concurso para integrar mais trabalhadores no quadro. Relativamente à Escola Secundária informou que, em visita à mesma com o Diretor da escola, viu que há uma situação por resolver, nomeadamente no Pavilhão Desportivo, cuja pavimentação não é adequada aos fins a que estava destinada e os vãos continuam abertos o que não permite que se pratiquem atividades no local. Referiu também que há muitas salas que não têm o equipamento adequado e que já existem problemas de manutenção. Ressalvou que grande parte da responsabilidade das questões apontadas é do Ministério da Educação mas que, já que a autarquia tem competências na educação, pretende saber quais as diligências a tomar pela Câmara Municipal. Frisou ainda a necessidade de conclusão das obras no Conservatório Regional, nomeadamente a instalação elétrica e o plano de incêndios que se encontram por terminar há vários anos e afirmou que a autarquia é responsável por estas questões. Disse ainda que o Conservatório tem vindo a funcionar com autorizações de lecionação provisórias e que atualmente corre o risco das mesmas não serem renovadas. A terminar perguntou se o término das obras tem data prevista e se há garantia de as mesmas serem feitas dentro do prazo pretendido. -----

José Manuel Modesto Dourado referiu-se a uma notícia divulgada pela comunicação social que afirma que a SGU contratou uma empresa privada para promover e atrair investimento e turistas ao concelho e que esta contratação feita por dois anos por ajuste direto implica um pagamento de 67.200€, assumindo também o compromisso de auxiliar na organização de viagens de negócios de empresários locais, implementar projetos e dotação de fundos e

apoiar a organização de conferências e eventos, bem como obter contratações que visem a venda de imóveis da Câmara Municipal e da SGU, entre outros. Pediu ao executivo para comentar esta situação e opinou não ter havido o cuidado de se ter em conta os mandatos políticos, sendo curioso o facto de ser uma empresa privada a ajudar a Câmara Municipal a desfazer-se do seu património. Perguntou qual a necessidade de se gastar 67.200€ quando a dívida da autarquia é gigantesca. Questionou ainda a autarquia quanto à previsão de início da mega intervenção anunciada no *Outdoor* que está junto ao Parque de Campismo e onde se lê “Monte Gordo Nova Frente Mar – Investimento de 12 Milhões de Euros”. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** prestou esclarecimentos. Informou que aguarda pareceres de várias entidades quanto à implementação das 35 horas para os funcionários da SGU. Quanto à taxa hoteleira disse que o executivo, nomeadamente o Presidente, tem feito várias diligências junto dos hoteleiros e só um deles está em desacordo com esta questão. Comunicou que teve uma reunião sobre o futuro profissional das 350 pessoas que já terminaram os programas de inserção, designadamente no âmbito dos Programas de Apoio à Deficiência, Desempregados de Longa Duração e CEI's e que atualmente o Governo não está a autorizar essas medidas. Recordou que várias vezes, noutras Assembleias Municipais, os partidos da oposição apelidaram estas medidas de precárias mas que, mesmo sendo precárias, davam uma grande ajuda a quem tinha e tem necessidades, e acrescentou: “*As pessoas estão a ficar em desespero sem saber como vão sustentar as suas famílias*”. Sublinhou que a autarquia fez já um ofício a expor a situação, que foi entregue pelo Presidente da Câmara Municipal ao Primeiro-Ministro e que, no seguimento da reunião com os interessados, os mesmos escreveram uma carta para entregar ao Ministro do Emprego e da Segurança Social. Disse ainda: “*O facto é que as pessoas estão a entrar em desespero, fechadas em casa e com contas para pagar. Estamos a tentar tudo para que estas medidas não sejam cortadas e principalmente para as pessoas com deficiência que não são aceites nos privados*”. -----

Quanto à Escola Secundária disse fazer parte do Conselho Geral e que sempre tem feito pressão para a obra terminar, mas que as questões apontadas continuam efetivamente por resolver, sendo a responsabilidade da obra do Parque Escolar. Acrescentou que ontem, em reunião do Conselho Geral, foram abordadas estas questões, tendo ficado decidido que a nível do Conselho Geral, Associação de Pais, Associação de Estudantes e Conselho Pedagógico serão feitos pareceres para serem enviados ao Secretário de Estado da Educação e aos diferentes Grupos Parlamentares. Relativamente ao Conservatório explicou que o

mesmo funciona com licença provisória desde há quinze anos, que a questão do elevador está em fase de conclusão e que na próxima semana o Dr. João Catarino visitará o edifício em causa para que sejam providenciados os projetos contra incêndios e de acessibilidades, e acrescentou: *"Como o ano letivo termina a 31 de agosto, contamos que nessa altura estas questões estejam sanadas"*. Ao deputado **José Dourado** explicou que a empresa referida por ele já fez o primeiro trabalho para a SGU e obteve possíveis compradores/investidores para os hotéis de charme. -----

António Manuel Cipriano Cabrita referiu ser interessante ouvir este tipo de intervenções e afirmou que neste momento está também nas mãos da maioria de esquerda ajudar a resolver este problema tendo em conta que, com este cenário, as pessoas vão ficar sem meios de sustentabilidade e que a CDU e o BE, que desde sempre quiseram acabar com os POC's, devem agora procurar e arranjar soluções. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** acrescentou que na reunião comentada anteriormente o executivo poderia ter feito campanha política com promessas e não o fez, por respeito e lealdade para com as pessoas. A **José Dourado** disse ainda que, por imposição do PAEL, a autarquia está inibida de abrir concursos mas que uma das imposições deste programa era também despedir pessoas e a Câmara Municipal não fez isso. Quanto aos *Outdoors* informou que os mesmos são uma promoção ao investimento e que havendo investidores significará certamente a criação de postos de trabalho. -----

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, em substituição, deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** e informou da correspondência recebida e enviada por mail para os responsáveis de cada uma das bancadas, nomeadamente: o Convite Audição Pública Parlamentar sobre "Políticas Públicas para a Promoção de uma Floresta Sustentável" e Projeto de Resolução do PEV- Sobre a atualização do Programa Nacional de Vacinação enviados a esta Assembleia pelo Grupo Parlamentar "Os Verdes"; e informação relativa à aprovação na Assembleia da República de projetos de resolução da iniciativa do PCP. Deu ainda conhecimento que a bancada do PSD apresentou à Assembleia Municipal, por mail no dia 15 de Abril, a Moção "Regionalizar para um Estado mais próximo dos Cidadãos", documento que foi incluído na ordem do dia desta sessão. -----

2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL E CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS (CM/SGU); - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de 20 de abril, com os votos contra dos Vereadores David Murta, Célia Paz e José Cruz. -----

Rui João Gutierrez Setúbal disse não perceber o porquê de não estar presente o ROC da autarquia porque detetou algumas questões técnicas nas contas de gerência que gostava de ver esclarecidas. Afirmou estar satisfeito por ter finalmente sido reconhecido politicamente pela autarquia que, ao contrário daquilo que se diz, o investimento anunciado como camarário, não é camarário – trata-se de planos de investimento para tentar incentivar parceiros. Quanto às contas disse constatar o seguinte: *“Só juros de mora cobrados pelas Águas do Algarve correspondentes a faturas de 2009 e 2011 totalizam 776.397€, juros que a autarquia e todos nós vamos ter de suportar pelos sucessivos atrasos nos pagamentos. A previsão para encargos é de 2 milhões e 900 mil euros devido à possibilidade forte de reconhecimento de créditos que possam ser exigidos em Tribunal e que estão reconhecidos pela Câmara Municipal. Existe também uma dívida em atraso às quotizações da ADSE, à Caixa Geral de Aposentações e à Segurança Social que ascende a 407 mil euros e que representa um problema jurídico-legal visto tratar-se de retenções aos trabalhadores que, quando ultrapassa os 7500€, implica alguns correspondentes de risco que esperamos que a autarquia tenha acautelado. Existe atualmente mais cerca de 3 milhões de euros em dívida pública potencial que tiveram de ser agora reveladas pela adesão ao FAME”*. Referiu que o relatório revela também o não cumprimento de obrigações de reduzir os pagamentos em atraso em 10% e, por conseguinte, ter uma penalização de 20% sobre as transferências a receber do Orçamento de Estado. Frisou que o endividamento líquido em 2015 voltou a ser ultrapassado, que as despesas correntes e amortizações são superiores às receitas brutas cobradas em média nos últimos três anos, que os desvios ao orçamento rondam os 85% relativamente àquilo que se orçamenta e que esta é uma orçamentação propagandista das capacidades da Câmara Municipal. Relativamente ao ponto 10 das contas consolidadas, perguntou o porquê desses valores não terem sido reconhecidos no exercício e análise de exercícios anteriores. Afirmou haver um não conhecimento de postos que podem atingir em dois anos 2,6 milhões de euros, assim como, o facto de haver um ênfase por falta de informação na rubrica de financiamentos obtidos no valor de 823 milhões de euros, e afirmou: *“Não é normal que um ROC não receba essa informação”*. Mencionou o atraso no pagamento de quatro prestações, no valor de 140 mil euros, no acordo efetuado com as Águas do Algarve para pagamento da dívida de 10 milhões de euros e disse existirem também os diferenciais de consumo mínimo que entre 2010 e 2013 apresentam 1,8 milhões de euros que não se encontram reconhecidos na dívida, porque a administração da SGU mandou devolver as faturas. Disse que, também em 2014 e 2015, a situação se repetiu mas

sem informação do montante. Considerou haver um conjunto demasiado grande de situações que não são claras e que não merecem o voto favorável do PS, apesar do trabalho técnico estar bem feito, e acrescentou: *“A dívida da Câmara relativamente a exercícios do anterior mandato político do PSD é uma dívida contratada de 2 milhões de euros, dos quais se deve atualmente 500 mil. Está aqui retratada a responsabilidade política de outras forças políticas por este montante, nomeadamente do PS. Gostava que o ROC estivesse presente para responder a estas questões”*. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** disse não ser técnica de contas mas que irá tentar responder a algumas questões. Informou que o ROC não tem de estar presente e que neste preciso momento se encontrava numa Assembleia em Aljustrel. Salientou que as contas e referidas demonstrações financeiras são apresentadas de forma verdadeira e apropriada à situação do Município e que a autarquia não está a esconder nada. Informou que as prestações em atraso às Águas do Algarve já foram pagas e que entretanto foram apresentados os juros, sendo que, por a situação ser discutível, a Câmara Municipal está a tentar chegar a um acordo para não pagar esses montantes. Relativamente ao Complexo Desportivo, disse que a dívida tem a ver com as utilizações contabilizadas mas não pagas por parte dos Clubes e Associações. Transmitiu que a dívida à Segurança Social, ADSE e CGA está atualmente em resolução e o Pavilhão Multiusos só tem dívida e está inacabado porque a Cooperativa responsável pelo mesmo entrou em insolvência. -----

António Manuel Cipriano Cabrita opinou que as contas estão devidamente consolidadas entre a Câmara Municipal e a SGU, que há efetivamente dívida mas que resulta do investimento efetuado e que a obra existe e é verificável ao longo de todo o concelho. Disse ainda que a Câmara Municipal teve a coragem de mexer em todo o concelho em termos de esgotos e águas e que para esse investimento foi necessário um elevado investimento, e acrescentou: *“A dívida resolve-se e existe preocupação com essa questão. Dado o investimento, VRSA é hoje uma referência no quadro do Algarve e a nível nacional. Mais do que preocupados com os ênfases, estamos preocupados com as reservas, mas fazemos todos os possíveis por resolvê-las e não existe nada escondido neste relatório. A empresa municipal continua a ser 100% da Câmara Municipal”*. -----

Rui João Gutierrez Setúbal afirmou: *“Eu disse claramente que não há nada escondido, os factos que aqui estão permitem-nos fazer uma análise crítica a esta questão. Concorro totalmente com a Vice-Presidente quando diz que o Complexo Desportivo não está feito para dar lucro mas sim para servir o concelho, quer a nível da participação desportiva dos seus*

municípios, quer a nível do apoio às unidades hoteleiras. O que eu disse é diferente. Há 2,9 milhões que deveriam estar refletidos neste relatório e não estão. Os consumos mínimos às Águas do Algarve não estão incorporados, as faturas foram devolvidas mas essa devolução não significa que em Tribunal estes valores não sejam considerados dívida". Disse estar de acordo com **António Cabrita** quanto à importância das reservas e dos ênfases mas considerou que há um conjunto de reservas que já se arrastam há anos e que falta contabilizar a imparcialidade resultante da impossibilidade técnica da Câmara Municipal em receber verbas resultantes de uma dívida a esta entidade. Afirmou não ter referido o POVT por não ter encontrado nada no relatório que se refira a este plano. -----

José Manuel Modesto Dourado frisou: *"Há assuntos que me escapam por não ser técnico de contas, mas faço uma análise política. O rumo ou projeto autárquico do PSD de VRSA tem-se revelado catastrófico para o Município. O eixo CM/SGU tem-se revelado numa redução da democracia porque a autarquia tem transferido para a SGU parte das competências o que faz com que haja um muito menor controle democrático da população já que os administradores da SGU não são eleitos pela população e a SGU tem -se comportado como o foco sugador das finanças municipais. A dívida é enorme e discordamos profundamente deste projeto autárquico".* Dirigindo-se a **António Cabrita** disse-lhe que a viabilidade de VRSA é a de dívida, de taxas máximas para pagar, da criação de novas taxas e de venda do património para pagar a dívida. -----

A **Vice-Presidente** perguntou a **José Dourado** se acha projeto autárquico catastrófico a construção da Biblioteca, do Pavilhão de Cacela, das Escolas de Cacela e do Matadouro, das piscinas, a melhoria das redes viárias, as obras de saneamento básico, as Casas do Avô, a Casa Mortuária, as obras de melhoramento das escolas, a estruturação do Centro Histórico e a habitação social, entre outros. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra dos membros do **PS,CDU** e **BE**. -----

O **BE** entregou Declaração de voto e a bancada da **CDU** leu e entregou Declaração de Voto.---

3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA APROVAÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL; -

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 20 de abril, com os votos contra dos Vereadores David Murta, Célia Paz e José Cruz. -----

Tendo em conta o facto de dois aditamentos a este ponto só terem chegado aos membros da Assembleia Municipal no dia 26 de abril, **Rui João Gutierrez Setúbal** propôs a votação da

manutenção do ponto para discussão e a inclusão dos dois aditamentos para precaver alguma questão legal que possa surgir, sendo os mesmos aprovados por **MAIORIA**.-----

Disse ainda que se as Moções da CDU não puderam ser incluídas devido aos prazos de entrega, também estes documentos foram entregues fora do prazo. -----

António Manuel Cipriano Cabrita explicou que o aditamento tem a ver com o contrato com o Banco e não com um Moção política e que é um contrato que tem de acompanhar o documento cuja assinatura carece de urgência. -----

José Manuel Modesto Dourado afirmou que tem que se respeitar o Regimento, que o BE irá votar contra este plano porque o Município já se encontra sobre a alçada do PAEL e que neste caso a dívida é tão grande que a autarquia teve de pedir outro empréstimo, desta vez ao FAM, o que vai obrigar à imposição de mais taxas, e acrescentou: *“Tudo o que o Município vai arrecadar só vai servir para pagar as dívidas, juros e encargos. Isto não é exemplo para o futuro deste concelho”*. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes opinou que existem duas situações diferentes com dois pesos e duas medidas, que a maioria resolve as coisas como quer e que, se as Moções entraram fora de prazo, os aditamentos desta proposta também e nesse sentido deveriam ter tratamento igual. Sublinhou que o PAEL já tem imensos constrangimentos como a impossibilidade de contratação de funcionários e recordou que o Presidente da Câmara Municipal afirmou, em Assembleia anterior, que a autarquia não iria recorrer ao FAM, o que não se veio a verificar. Perguntou se os resultados darão para pagar as dívidas ou se a Câmara terá de continuar a pedir empréstimos e frisou que estes documentos só comprovam a má gestão feita neste município durante 10 anos. -----

David Miguel Vasques da Silva disse que dada a complexidade destes documentos, este ponto em particular tem vários anexos, nomeadamente dois documentos que foram entregues com algum atraso porque foram também recebidos na Câmara com algum atraso e que visam a redução do Spread. Concordou que a legalidade tem de ser respeitada mas que é de bom senso aceitar estes documentos que são benéficos ao conjunto de grupo municipal, e afirmou: *“Eu, enquanto Chefe do Gabinete do Presidente, falei com os membros da Câmara Municipal em relação ao atraso da entrega de alguns documentos porque obviamente, durante os nossos trabalhos, não se pode confundir a ação política com a necessidade de manter uma organização administrativa que com bom senso e boa vontade se consegue. Isso tem acontecido da parte técnica da Câmara Municipal com frontalidade e clareza. O que não me parece democrático é os administradores da SGU não se poderem*

manifestar na Assembleia quando são acusados de coisas, quando têm objetivos muito rijos e claros no seu contrato com uma empresa que é legal e detida a 100% pela Câmara Municipal e que faz serviço público a 100%. Em relação à inclusão destes documentos, a bancada do PSD está muito confortável em fazê-lo e em louvar o exercício da Assembleia Municipal ”. -----

Rui João Gutierres Setúbal afirmou que disse claramente que são dois contratos de aditamento, que os seus comentários nada têm a ver com a função dos técnicos da SGU mas sim com uma questão de legalidade do regulamento. Disse que as palavras de **David Silva** vêm ao encontro daquilo que pensa e que o objetivo da sua primeira intervenção foi chamar a atenção para o facto da inclusão dos documentos ter de ser votada para assegurar a manutenção do ponto, sob pena de poder vir a ser argumentada qualquer nulidade. Propôs que primeiro seja votada a manutenção do ponto e posteriormente a inclusão dos novos documentos. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra dos membros do **PS,CDU e BE**. -----

O **PSD** fez a seguinte Declaração de Voto: *“O PSD votou favoravelmente, porque pese embora o atraso na entrega destes dois documentos, que se deveu ao atraso no envio dos documentos por parte do banco, porque com a aprovação deste ponto conseguimos baixar substancialmente o Spread desta operação no seu conjunto”*. -----

As bancadas da **CDU** e do **BE** leram e entregaram declarações de voto. -----

Tendo-lhe sido concedida a palavra, **José Cruz** disse querer esclarecer o público que apesar da Câmara Municipal ser um órgão colegial e todos os vereadores valerem o mesmo, a Assembleia Municipal tem regras diferentes que lhe foram concedidas por lei e que por isso, nestas reuniões, os Vereadores só falam em casos muito esporádicos ou em defesa da honra.

4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA COM VISTA A EQUILIBRAR OS RESULTADOS DA SGU; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 20 de Abril, com os votos contra dos Vereadores David Murta, Célia Paz e José Cruz. -----

Rui João Gutierres Setúbal frisou que, aquando da leitura do relatório da SGU, ficou perplexo com alguns pontos porque até o texto inicial é contraditório ao que o relatório refere, e explicou: *“A evolução é positiva, permitirá tirar dividendos, mas o facto é que se está a pedir que a Câmara Municipal injete mais 1,9 milhões de euros para cobertura de desvios. Existe mais défice para pagar e será necessário mais injeção de dinheiro na SGU”*. Perguntou se o administrador da SGU, presente na sala, poderá responder a algumas

questões, nomeadamente, qual o custo da devolução das faturas do saneamento relativas ao exercício de 2015; se na página 19 do relatório não se querera dizer “hipotecas prestadas ao banco para garantir financiamento” em vez de “garantias bancárias prestadas a favor do Millenium BCP “ e o porquê de se ter pago, em 2011, 55 mil euros de indemnização a ex-colaborador da SGU no seguimento de um acordo efetuado relativo a um processo judicial em curso. Afirmou que lhe parece algo inaudito o valor dado a este ex-funcionário, mesmo considerando, um mês por cada 4 anos de trabalho, numa empresa que apresenta défice, e perguntou qual o motivo deste despedimento e do pagamento de uma indemnização tão elevada numa empresa com estas dificuldades. Informou que a bancada do PS irá votar contra visto não terem qualquer implicação na gestão da empresa, não serem ouvidos para nada, tendo apenas conhecimento deste relatório. -----

António Filipe Parra Martins sublinhou que a CDU irá votar contra tendo em conta também outras posições que já tiveram neste sentido. Disse querer chamar a atenção para as muitas vezes que o PSD defende que a SGU é uma empresa com 100% de capitais do município mas, no entanto, está em curso o processo de concessão dos principais setores da empresa o que confirma uma privatização dos serviços. Afirmou acompanhar a afirmação anterior e que, com uma situação financeira que implica permanentes transferências de verbas da Câmara Municipal para a SGU, não se pode continuar a assistir à contratação de prestações de serviços, à aquisição de viaturas topo de gama e a despesas desnecessárias. -----

José Manuel Modesto Dourado disse subscrever ambas as intervenções anteriores, que estas questões só vêm dar razão a todos os que se têm manifestado contra o rumo deste projeto do PSD em Vila Real de Santo António e que esta é uma herança pesadíssima para os filhos e netos de todos os presentes. -----

António Manuel Cipriano Cabrita salientou que o administrador da SGU nunca deixou de estar presente nestas reuniões, que o mesmo sempre respondeu a todas as questões que lhe foram colocadas e opinou que ninguém pode dizer que não há controlo democrático e que, nos últimos anos, o PSD e as pessoas ligadas ao partido têm sabido elevar o concelho e fazer coisas diferentes e que para isso foi necessário arriscar.-----

A Vice-Presidente deu a palavra a **Pedro Finote Pires**, administrador da SGU que explicou que a devolução das faturas equivale a um valor aproximado de cem mil euros por mês e que as mesmas estão a ser devolvidas porque o contrato entre as Águas do Algarve e a SGU definia que os caudais de esgoto entregues na ETAR fossem divididos numa proporção de 76% pagos por VRSA e 24% pagos por Castro Marim, e que com a entrada em funcionamento

do intercetor que liga a Praia Verde à Manta Rota/ Altura passou a ser de 87% para 13%. Esclareceu que a SGU, por não concordar com as proporções definidas, solicitou a colocação de caudalímetros para medir o que os dois municípios estão a colocar na rede, o que ainda não aconteceu e por isso as faturas foram devolvidas, aguardando a SGU que a situação seja resolvida. Confirmou que na página 19 do Relatório deveria estar escrito “hipotecas prestadas ao banco para garantir financiamento” e que o valor da indemnização paga a um trabalhador da empresa municipal foi proposto por um advogado que aconselhou a empresa para que o processo fosse conduzido dessa forma. Informou ainda que a SGU não celebra Contratos-programa com a Câmara Municipal desde 2011/2012 pelo que não tem havido transferências de verbas.-----

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas da **CDU, BE e PS**. -----
O **BE** entregou Declaração de Voto. -----

5. RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO ANO 2015 DA SGU – PARA CONHECIMENTO; -----

Foi dado conhecimento do documento já enviado aos membros da Assembleia Municipal. ---

6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PARA CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS HOTELEIROS NO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 20 de abril, com as abstenções dos Vereadores David Murta e Célia Paz e o voto contra do Vereador José Cruz. -----

7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PARA CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DOS POLIDESPORTIVOS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 20 de abril, com as abstenções dos Vereadores David Murta e Célia Paz e o voto contra do Vereador José Cruz. -----

Os pontos 6 e 7 foram discutidos e votados em conjunto. -----

José Manuel Modesto Dourado adiantou que o **BE** vai votar contra porque parece estar a preparar-se uma tendência clara de privatização dos serviços públicos do Município. Constatou que a construção desta unidade hoteleira irá eliminar campos de ténis e uma parte substancial do parque e do jardim entre os campos de futsal e de ténis o que, opinou, será uma perda clara para a população. Disse concluir que o projeto do **PSD** é para passar a gestão pública para a gestão privada e que representa um favorecimento aos diversos grupos financeiros em detrimento da população. -----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal disse a José Dourado que nenhum equipamento vai ser destruído e que os equipamentos vão, inclusivamente, ser melhorados, nomeadamente os polidesportivos.-----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas da **CDU** e **BE** e a abstenção dos membros da bancada do **PS**. -----

O **BE** entregou uma Declaração de Voto para cada um dos pontos. -----

8. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA DE EXPANSÃO POENTE DE MONTE GORDO; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 26 de abril, com as abstenções dos Vereadores David Murta e Luis Salas e o voto contra do Vereador José Cruz. -----

Rui João Gutierrez Setúbal propôs que se efetuasse a votação para admissão deste ponto na Ordem de Trabalhos tendo em conta que os documentos relativos ao mesmo só estiveram disponíveis para os membros da Assembleia Municipal a 26 de abril. -----

David Miguel Vasques da Silva explicou que este ponto não conseguiu ser, pelos prazos que exigia a discussão pública, agendado na reunião extraordinária a que foram submetidas as contas. Informou que, nessa ocasião, contactou os Vereadores da Câmara Municipal e as bancadas, colocando à consideração esta questão e que a documentação, logo que disponível, foi entregue. -----

António Filipe Parra Martins afirmou: *"Nós vamos insistir todas as vezes que forem necessárias. Parece que há aqui dois pesos e duas medidas. De facto, se para umas coisas há bom senso, para outras não há. As moções da CDU não foram aceites tendo sido apresentadas uma semana antes da realização da Assembleia Municipal, estes documentos chegaram na terça-feira, ultrapassando os limites mínimos da sua entrega, e pretendem agora ser votados. A bancada da CDU não foi contactada sobre esta questão e não nos parece correto ser agendado um ponto sem os documentos estarem disponíveis".* -----

David Miguel Vasques da Silva disse que há uma particular diferença nos dois pontos, que este documento é muito mais técnico e não está tão sujeito a uma discussão de carácter político. Informou que este documento foi entregue à Assembleia Municipal na terça-feira a seguir à reunião de Câmara e os Vereadores já o tinham na sexta-feira anterior, conforme convocatória da reunião de Câmara, e acrescentou: *" Por opção da Mesa da Assembleia as Moções não foram entregues à Assembleia a não ser hoje e não são discutidas por não terem sido distribuídas pelos deputados por opção da Mesa da Assembleia Municipal que é soberana. A moção do 1 de maio, ninguém contesta, quanto ao Lusitano já tivemos*

oportunidade de louvar o Clube, relativamente à regionalização já temos uma moção que foi apresentada pelo PSD em reunião de Câmara Municipal". Sugeriu que as Moções sejam levadas à Câmara Municipal e de seguida remetidas à Assembleia Municipal. -----

Vanda da Encarnação Fernandes opinou que a intenção do deputado **Rui Setúbal** é muito objetiva e correta e que este ponto para ser admitido tem de ser votado previamente. -----

Rui João Gutierrez Setúbal informou que a bancada do PS vai votar a favor da inclusão mas não deixa de registar que, de facto, a CDU tem razão quando diz que há dois pesos e duas medidas e que este não deixa de ser um documento político, tal como as Moções. -----

José Manuel Modesto Dourado disse ir votar contra a inclusão destes documentos por concordar com a CDU. Sublinhou depreender das palavras do deputado **David Vasques** que assim vamos todos apresentar propostas para incluir em Assembleia Municipal ainda que não cheguem em tempo regimental e esperamos que elas sejam votadas como pontos a incluir na Assembleia. -----

A admissão deste ponto foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas da **CDU** e do **BE**. -----

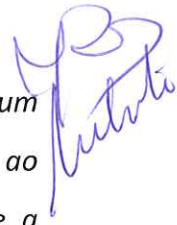
Colocada a votação a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **BE** e da **CDU** e a abstenção dos membros da bancada do **PS**. -----

9. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO DO PSD "REGIONALIZAR PARA UM ESTADO MAIS PRÓXIMO DOS CIDADÃOS"; - Presente a Moção aprovada em reunião de câmara e enviada a esta Assembleia Municipal em 15 de abril. -----

António Manuel Cipriano Cabrita esclareceu os vários pontos da Moção e opinou que, em quase todos os partidos em Lisboa, ainda existe um pensamento centralista e este conceito só se concretiza quando as populações se aperceberem que isto é um passo concreto na melhoria das suas condições de vida. Informou que o PSD de Vila Real de Santo António defende a regionalização. -----

Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro mencionou que o PS concorda com a generalidade dos considerandos que fundamentam esta Moção e que irão votar favoravelmente. Porém sublinhou que estranham que o PSD só agora se tenha manifestado já que se remeteu ao silêncio sobre o assunto durante o Governo anterior. -----

António Filipe Parra Martins esclareceu que a bancada da CDU não vai inviabilizar a Moção já que esta bancada tem uma posição bem definida sobre a regionalização há quarenta anos desde que a Constituição da República foi aprovada, e acrescentou: *"A regionalização será posta em prática a partir do momento que se cumpra a Constituição. O PCP foi possivelmente*


o único partido que assumiu uma posição frente ao referendo de 98. Esta Moção tem um elemento que faz com que a mesma perca um pouco de atualidade porque faz alusão ao Programa Nacional de Reformas que está já numa fase adiantada fazendo com que a sugestão vá atrasada. Estranhamos que o PSD, nos últimos quatro anos, não tenha levantado esta questão. Com a forma como esta Moção chega à Assembleia Municipal ficamos afinal a perceber que há três pesos e três medidas – o ofício enviado pela Comissão Política do PSD à Câmara Municipal pedindo a admissibilidade da Moção e posterior admissibilidade à Assembleia. É um documento de 15 de abril que refere a data da Assembleia para 28 de abril sendo que nenhuma das bancadas sabia nessa data qual seria a data da realização da Assembleia. Já falámos hoje em legalidade, boa vontade e bom senso, seria bom acrescentar a moralidade”. -----

Alexandre Hermínio Drago Madeira tomou a palavra para expor a sua opinião pessoal. Disse que a regionalização, em termos de concretização prática, é algo oneroso e talvez tenha sido esse o motivo para não ser implementada; que existe a possibilidade prática, a nível da União Europeia na criação das Euro regiões, mas nesse caso até que ponto essa situação vai encaixar no sistema de ordenamento jurídico; e que, há cláusulas de receção de diretivas mas também há o problema de estarmos no período pós assistência financeira e perguntou se nós não sofremos aqui uma debitação da soberania para poder decidir estas questões. ----

David Miguel Vasques da Silva explicou que o ofício foi enviado de boa-fé e que as contas da SGU são assinadas pela mesma pessoa que assina o ofício pelo que, essa pessoa sabe perfeitamente das datas da reunião e este conhecimento decorre das funções que exerce. --- Colocada a votação a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com as abstenções das bancadas da **CDU** e do **BE**. -----

A bancada da **CDU** leu e entregou Declaração de Voto. -----

António Filipe Parra Martins disse querer esclarecer que o administrador da SGU não foi eleito pela população e os membros da Assembleia Municipal sim, e tiveram conhecimento da data de realização da reunião depois desse administrador. -----

10. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA DISTINÇÃO HONORÍFICA AO PROFESSOR DOUTOR MÁRIO JOSÉ GOMES CENTENO; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 12 de abril, com a abstenção do Vereador José Cruz.

Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro frisou que o PS vai votar favoravelmente a proposta e declarou: “ O Prof. Dr. Mário Centeno, sendo vila-realense, enche-nos de orgulho ao ocupar a pasta de Ministro das Finanças do XXI Governo. Tendo uma carreira

internacional de sucesso, merece que lhe seja atribuída a medalha de mérito do Município de VRSA no próximo dia 13 de maio. Fazemos votos para que o seu desempenho venha a ser benéfico para os portugueses e para Portugal". -----

António Filipe Parra Martins disse que a CDU considera que o Dr. Mário Centeno tem de facto um percurso académico e profissional notável que justificaria naturalmente uma distinção honorífica em 2016, 2015 ou 2017 e acrescentou: *"Se tivermos em conta o facto de ter sido nomeado Ministro para este Governo e será este, à partida, o elemento que faz com que a distinção seja proposta em 2016, consideramos que ainda é prematuro. Tomou posse há poucos meses um Governo que esperamos que tenha uns anos pela frente e o nosso conterrâneo Dr. Mário Centeno terá bastantes provas para dar. Vamos abster-nos". -----*

José Manuel Modesto Dourado afirmou que o voto do BE será de abstenção pelas mesmas razões apresentadas pela CDU e que se fosse pelo trajeto académico e curricular muita gente merecia distinção honorífica. Disse ainda que pelo facto de ter sido eleito Ministro, é prematuro. -----

António Manuel Cipriano Cabrita considerou importante louvar o percurso académico do Dr. Mário Centeno por ser um filho da terra que é Ministro, ainda que só por três meses. -----

José Manuel Modesto Dourado retomou a palavra para dizer que pela lógica de argumento de **António Cabrita**, se qualquer cidadão português se candidatar a um cargo de relevância mundial já merece só por si uma distinção e que, apesar do Dr. Mário Centeno ter uma trajetória académica excelente, não é pelo simples facto de ser deste concelho que merece a distinção. -----

A Presidente da **Mesa da Assembleia** mencionou que o Dr. Mário Centeno é detentor de uma carreira internacional de sucesso, falou do seu vasto percurso académico e afirmou que, considera ter mérito para ter esta distinção. -----

De seguida colocou a proposta a votação tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com as abstenções das bancadas da **CDU** e do **BE** e de três membros da bancada do **PSD**. -----

11. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DISTINÇÃO HONORÍFICA A JOÃO MANUEL DAS DORES VASQUES; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de câmara de 20 de Abril. -----

Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro declarou que o PS vota favoravelmente esta proposta por haver um reconhecimento público da carreira do Sr. João Vasques, sendo salutar que as pessoas que se destacam pelas suas vivências e a sua dedicação à carreira sejam reconhecidas.-----

António Filipe Parra Martins transmitiu que a CDU vai votar favoravelmente esta distinção por todos os elementos que são referidos no seu percurso e propôs que no dia 13 de maio também fosse distinguido o Lusitano Futebol Clube pelos seus 100 anos de história e do qual este homenageado fez parte. Declarou: *"Não é todos os dias que se celebram 100 anos de atividade envolvendo várias gerações de desportistas, certamente centenas ou milhares de desportistas do concelho"*. -----

António Manuel Cipriano Cabrita argumentou não ter visto ninguém da CDU aquando da cerimónia do centenário do clube e disse que provavelmente no dia 13 de maio, o Lusitano também irá ser louvado. -----

A **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a proposta a votação tendo a mesma sido aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

12. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;

- Apresentado o Relatório do Presidente da Câmara Municipal, interveio **Rui João Gutierrez Setúbal**, que afirmou querer deixar mais uma vez a nota para que fique registada em ATA que continuam a não ser cumpridos os requisitos que estão determinados no Regimento. Disse que neste relatório, a situação económica da Câmara Municipal aparece apenas refletida em quatro páginas, o que face à situação atual é incompreensível. Afirmou continuar sem aparecer a relação de processos em Tribunal, a posição com fornecedores, entre outros e que relativamente à conta de gerência há um dado que vem reforçar o que já tinha referido, nomeadamente na execução orçamental de 2016 a receita dos últimos três meses foi de aproximadamente 2 milhões e 800 mil euros o que corresponde a 6,83% do orçamentado, e afirmou: *"Se continuarmos com este nível de execução chegaremos ao final do ano com 28% de execução orçamentado a nível de receita. Num orçamento previsto de 41 milhões de euros em três meses nós executámos 2,8 milhões. Isto diz tudo sobre os orçamentos que aqui são aprovados"*. -----

Passou-se ao período de intervenção do público. Registaram-se as intervenções de **Pedro Pires, Modesto Vitória e João Faustino**. -----

Pedro Pires sublinhou o muito que se falou da SGU e da sua administração nesta reunião e afirmou que a administração da SGU é nomeada pelos eleitos, o Presidente da SGU é o Presidente da Câmara Municipal eleito por sufrágio pelo povo e a SGU é 100% detida pela Câmara. Afirmou estar disponível enquanto administrador da SGU para responder a todas as questões e esclarecimentos que forem pretendidos por todos os deputados municipais, em dia e hora a combinar. -----

Modesto Vitória lamentou o pouco público presente na Assembleia Municipal e a indisciplina verificada. Perguntou ao executivo se tem interesse e se está a favor ou contra a prospeção para a exploração do petróleo no Algarve. -----

Usou da palavra o **Vereador João Rodrigues** para esclarecer que considera esta questão bastante pertinente e que recentemente participou, em representação do executivo, numa reunião da AMAL, onde o Município já assumiu claramente uma posição pública relativa a esta questão. Frisou que o executivo é contra a prospeção de petróleo no Algarve. -----

João Faustino opinou que a questão da regionalização se coloca exclusivamente para o cumprimento da Constituição porque Portugal nunca teve uma tradição regionalista e cada vez se assiste a mais competências para os municípios e menos poder económico para se poder satisfazer as competências que lhe são dadas. Relativamente à homenagem ao Dr. Mário Centeno considerou que quando há licenciados de economia pela Universidade de Harvard estão ao serviço do capitalismo mais duro que existe. -----

E de tudo, para constar, se lavrou esta Ata, cuja minuta foi submetida a votação sendo aprovada por **UNANIMIDADE**.-----

Não havendo mais nada a tratar, a **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas 00 horas e 30 minutos. -----

A Presidente da Assembleia Municipal,

O Primeiro Secretário,


(Maria do Rosário Papafina Proença)




(Miguel Moreira da Costa)

**CDU**

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Saudação ao 1.º de Maio

Dia Internacional dos Trabalhadores

Há 130 anos, milhares de operários de Chicago, conscientes da necessidade de humanização no mundo do trabalho, iniciaram uma luta histórica: a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário. A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o dia Internacional dos Trabalhadores.

Desde então, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na acção uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade. Lançou, assim, pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias.

Desde então as lutas dos trabalhadores inseridos nas suas organizações sindicais têm contribuído decisivamente para um objectivo comum: a defesa da dignidade do trabalho e dos trabalhadores, a conquista e a defesa de direitos alienáveis, um valioso contributo para mais justiça social e melhoria das condições de vida de milhões de trabalhadores, trabalhadoras e jovens.

Hoje esta luta continua mais que necessária, para combater os reveses civilizacionais, que com outro rosto pretendem manter níveis de exploração dos trabalhadores, exploração nas suas varias facetas: desde os altos níveis de desemprego, precaridade, salários baixos.

É preciso pois, combater o desemprego, a precariedade, os baixos salários, a Carga horaria excessiva e desajustada, a negação de direitos e garantias. É esta instabilidade permanente, que compromete o futuro de todos, mas sobretudo o dos jovens e o desenvolvimento do país.

Urge mobilizar os trabalhadores e populações em torno das suas justas reivindicações, na defesa do emprego com direitos, no direito de contratação colectiva, pelo aumento dos salários e de outros direitos, pelas 35 horas de trabalho semanal, por serviços públicos de qualidade e pela melhoria das obrigações do Estado na Saúde, no Ensino e na Segurança Social.

Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, na sua sessão ordinária de 28 de Abril de 2016, delibere:

- 1.Saudar os trabalhadores portugueses e manifestar solidariedade com a luta por eles desenvolvida;
2. Apelar as populações, aos trabalhadores e a juventude para que transformem as comemorações do dia 1.º de Maio numa acção de exigência pela mudança de que o país precisa, e pela afirmação de um Portugal de progresso, livre e soberano.
- 3.Dar conhecimento desta saudação às organizações sindicais do Distrito de Faro, às centrais sindicais nacionais e aos órgãos de comunicação social.

Vila Real de Santo António, 28.Abril.2016

Os Eleitos da CDU



[Handwritten signature]

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



MOÇÃO DE SAUDAÇÃO AO LUSITANO FUTEBOL CLUBE

Este ano de 2016 é o ano em que o Lusitano Futebol Clube, prestigiada coletividade do concelho de Vila Real de Santo António e um dos seus principais embaixadores desportivos, cumpre 100 anos.

Fundado a 15 de abril de 1916, o Lusitano Futebol Clube, onde o futebol tem sido a mais importante modalidade, encontra-se filiado na Associação de Futebol do Algarve desde 1925.

O nosso Lusitano, como lhe chamam os vila-realenses tem um palmarés invejável de conquistas à sua escala, tendo inclusive disputado o campeonato nacional da I Divisão, nos seus tempos de maior glória desportiva.

Tem ainda uma escola com tradição de formação desportiva, donde sairão diversas glórias que se tornaram nomes grandes no futebol nacional.

Nesta hora de festa, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, reunida na sua sessão ordinária de 28 de Abril de 2016 saúde o Lusitano Futebol Clube associando-se ao regozijo pelo cumprimento de tão proveta idade, desejando a toda a massa associativa e aos corpos dirigentes as maiores felicidades nos caminhos do futuro, com os melhores êxitos desportivos que o seu querer e vontade consigam alcançar.

Vila Real de Santo António, 28 de Abril de 2016

Os eleitos da CDU

Nota:

Em caso de aprovação, que seja enviada esta moção à Direção do Lusitano Futebol Clube de Vila Real de Santo António, Assembleias de Freguesia do Município, órgãos da Comunicação Social e Associação de Futebol do Algarve

Handwritten signature

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



MOÇÃO

Pelo cumprimento da Constituição e a concretização da regionalização

A Constituição da República Portuguesa estabelece, no seu artigo 236, que no continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas. Adiantando também, que as atribuições e competências das autarquias locais são reguladas por lei, de harmonia com o princípio da descentralização administrativa.

A luta pela instituição das regiões e pela descentralização administrativa faz parte do património e da história do Partido Comunista Português, que tem dado um contributo relevante para a afirmação constante da necessidade da adopção de verdadeiras políticas de desenvolvimento regional, baseadas em princípios de sustentabilidade e solidariedade. Os períodos de maior luta pela regionalização foram inseparáveis da acção, da luta e esforço do PCP e dos eleitos da CDU.

Centralizar o poder tem acompanhado a ofensiva e a política de direita. Para poder distribuir recursos à sua maneira sem atender aos reais interesses das diversas regiões.

O resultado desta política partilhada por diferentes Governos do PSD, CDS e também PS, tem sido o acentuar das desigualdades regionais, das assimetrias, com a litoralização do País.

Anos e anos de aplicação de fundos comunitários, geridos de uma forma predominantemente centralizadora, não se traduziram na diminuição das desigualdades. A opção dos grandes investimentos não tem respeitado os reais interesses do desenvolvimento regional.

Sendo verdade que o desenvolvimento regional só pode ser assegurado por uma justa política nacional, não é menos verdade que esse desenvolvimento regional reclama a existência de um poder e uma capacidade de decisão regional, com legitimidade e força política emanadas da vontade popular, com meios e instrumentos adequados.

As principais vantagens da regionalização são:

- Aumentar o bem-estar das populações, através de um melhor acesso e um maior cuidado na distribuição dos equipamentos e investimentos;
- Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos e para a indispensável reforma da administração pública, aproximando o poder de decisão das pessoas;
- Permitir uma gestão mais eficaz dos recursos de cada região e um maior equilíbrio da ocupação do território;
- Reduzir as assimetrias, combater o despovoamento e a desertificação e permitir a promoção do emprego e da economia regional;
- Aumentar a capacidade das regiões para decidir acerca do seu próprio futuro, tendo o direito de eleger os seus representantes aos órgãos políticos regionais;
- Um forte investimento na democracia e um instrumento capaz de trazer mais e melhor desenvolvimento ao país.

A questão da regionalização continua a ser um assunto actual, e que enquanto não for resolvido não deixará de ser colocado na ordem do dia do debate das questões políticas e das questões associadas ao desenvolvimento regional.

Sendo um imperativo constitucional, sendo o Poder Local que falta, a criação das Regiões implica a realização de um Referendo com resposta positiva para a sua instituição em concreto. Norma constitucional que foi introduzida pelo PS e PSD e que representa uma dificuldade que teria sido dispensável. Mas que foi criada precisamente como mecanismo de bloqueio. Por quem teve e tem responsabilidades políticas no processo.



A regionalização não pode ser dissociada dos instrumentos ao dispor para concretizar as políticas públicas indispensáveis para o desenvolvimento das regiões e do País.

É bom que fique claro que quando estamos a falar de regionalização, estamos sobretudo a falar de descentralização com efectiva transferência de competências e meios, com autonomia política, administrativa e financeira. E não de mera desconcentração em que o poder de decisão se mantém no poder central ainda que os organismos possam estar nas regiões.

Também entendemos que o associativismo municipal que existe e deve ser incentivado não poder ser um sucedâneo da regionalização. Há matérias que podem e devem ser resolvidas através da cooperação intermunicipal. Mas há matérias que exigem um outro escalão de poder, uma outra visão e ela só pode ser dada pelas regiões administrativas.

Por outro lado, entende-se e sublinha-se que a regionalização em vez de entalar, diminuir ou menorizar o papel dos municípios, ela será um importante contributo para o reforço do poder local, para o reforço da capacidade de intervenção das nossas freguesias e dos nossos municípios.

Todos estes anos têm tido por base a aplicação de uma política centralista e centralizadora, que tem combinado o ataque à autonomia do poder local e o incumprimento constitucional da criação das regiões administrativas, constituído um factor condicionador do desenvolvimento local e regional.

As regiões administrativas são um instrumento adequado para a execução de políticas públicas de âmbito regional que influenciam positivamente o desenvolvimento do interior, na defesa dos serviços públicos e no fomento da participação popular na gestão democrática das instituições.

O Algarve assume-se de forma natural como uma região no plano nacional e que muito beneficiaria da concretização da regionalização. Sem qualquer demagogia, ou ilusionismo, o PCP nunca faltou quando foi preciso defender a regionalização, quer no Algarve, quer na Assembleia da República, quer no resto do país.

Temos perfeita consciência, e tendo em conta exemplos alheios, que a criação das Regiões Administrativas não resolve só por si os problemas do atraso e subdesenvolvimento das regiões interiores, mas estamos também seguros de que o avanço da regionalização permitiria, 40 anos depois da aprovação da Constituição cumprir um dos desígnios da Revolução de Abril e que é, simultaneamente, uma aspiração do Povo português.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, reunida a 28 de Abril de 2016 delibera:

- 1.- Apelar à intensificação da luta dos trabalhadores, das populações e das autarquias locais exigindo o cumprimento da Constituição e a concretização da regionalização.
- 2.- Exigir do Governo e demais poderes públicos que se desenvolva um processo que, no diálogo com as populações e os seus representantes, se abra caminho à concretização da regionalização.

Os eleitos da CDU: _____

Se Aprovada enviar:

Ao Presidente da República e ao Governo;

ao Presidente da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares;

à AMAL e à Associação Nacional de Municípios;

aos Órgãos de Comunicação social Nacional, Regional e Local



Bloco de Esquerda

Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: Apreciação e votação da aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal e consolidação de contas (CM/SGU).

O Bloco de Esquerda vota contra a aprovação da prestação de contas. O voto contra reflete a nossa oposição ao projeto autárquico do PSD, que tem vindo a esvaziar de competências a Câmara Municipal a favor da empresa municipal SGU. Este facto revela-se redutor da democracia local, na medida em que os administradores da SGU, não sendo eleitos pela população, escapam ao seu controlo democrático.

Do mesmo modo, a SGU tem vindo, junto com a Câmara Municipal, a acumular dívida e a comportar-se como mais um foco sugador das finanças municipais, e este ano temos mais um exemplo disso mesmo, com mais uma transferência financeira da autarquia para a empresa municipal, a fim de cobrir os seus prejuízos.

Vila Real de Santo António, 28 de Abril de 2016

José Dourado



DECLARAÇÃO DE VOTO

Relatório de prestação de contas da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

A maioria PSD aprovou na Câmara Municipal o relatório, que agora discutimos em Assembleia Municipal, sobre as contas consolidadas do Município, englobando as contas da autarquia e as da sociedade da qual detêm a totalidade do capital, a VRSA SGU EM SA,.

Os eleitos do PSD têm vindo a transferir largas competências que extravasam o máximo que se pode desejar na existência de uma empresa municipal.

Esse facto tem vindo a merecer a oposição da CDU, expressa no voto contra em todos os órgãos do Município e a gerar uma ação intrusiva da SGU, consentida pelo PSD, que tem vindo a constituir um fator negativo nas contas municipais.

A SGU nunca se constituiu como uma promotora de mais-valias para o município, antes se tem mostrado como um desestabilizador das finanças municipais, como o comprovam as continuadas transferências municipais para a sua viabilização económica e financeira. Revela-se mais como um instrumento de criativa engenharia financeira.

Com a transferência de competências do município para a SGU, inclusive daquelas que seria democraticamente exigível que permanecessem na esfera da fiscalização dos eleitos na câmara e assembleia municipais, a supervisão passou a ser exclusivamente exercida pelo presidente da SGU que como se sabe é também o presidente da câmara municipal e pelos administradores da empresa, não eleitos pela população.

Constatando-se uma elevada assimetria no acesso à informação resultante da diferença das funções exercidas e das responsabilidades assumidas na gestão da câmara municipal tal não nos permite aprovar as contas do município, sem que signifique que a CDU coloque em causa a boa-fé com que estão elaboradas, e por isso mesmo votámos contra.

O que caracteriza a divergência da CDU é estar perante um projeto autárquico que rumo à gestão privada dos serviços municipais e à alienação do património do Município, o que não pode merecer o nosso acordo.

Vila Real de Santo António, 28 de Abril de 2016

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António



DECLARAÇÃO DE VOTO

PAM / FAM – Programa de Ajustamento Municipal / Fundo de Apoio Municipal

O PAM é um contrato elaborado entre o Fundo de Apoio Municipal e o Município.

O PAM garante o serviço da dívida municipal, o que significa que o capital poderá não ser amortizado, mas todos os recursos do município vão estar ao serviço do pagamento dos juros e dos encargos de quem o financia.

Se a câmara municipal de Vila Real de Santo António de maioria absoluta PSD está a recorrer ao fundo previsto na Lei 53/2014 de 25 de agosto é porque já não tem condições para, por si própria respeitar o limite até ao qual se poderia endividar, um limite curiosamente estabelecido por um Governo PSD/CDS.

O Fundo de Apoio Municipal — que dizem ser uma ajuda — tem por objetivo obter resultados financeiros para os promotores e a respetiva distribuição.

É uma lógica de funcionamento das autarquias locais que ainda lhes vai criar mais dificuldades.

Na declaração de voto apresentada na altura da adesão ao FAM por parte da maioria PSD, a CDU apresentou as legítimas preocupações que se levantam ao futuro das contas do município, como a CDU anteriormente justificou.

A execução orçamental do ano em curso ainda carrega mais preocupações sobre as contas da autarquia, pois um orçamento de base zero da ordem dos 25 milhões que tem em si o compromisso de responder com cerca de 6 milhões para pagamento da dívida e do serviço da dívida, no âmbito do PAEL, teve uma execução inferior em cerca de 5 milhões de euros.

A proposta inicial de adesão ao FAM, que conta com aquele orçamento mitigado, inicialmente prevista para 14 milhões subiu para 19,6 milhões.

Como se paga tudo isto?

Criando novas taxas, aumentando outras e vendendo todo o património, responde o PSD.

A CDU vota contra, por não estar de acordo.

Vila Real de Santo António, 28 de Abril de 2016

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

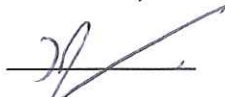
Assunto: Apreciação e votação da aprovação do Programa de Ajustamento Municipal.

As extremas preocupações e os sucessivos alertas produzidos pelo Bloco de Esquerda vêm, uma vez mais, confirmar-se. Após a adesão ao PAEL, o município aderiu ao FAM, originando um Programa de Ajustamento Municipal que o obrigará a pagar o novo empréstimo concedido no valor de quase vinte milhões de euros durante vinte anos. Além do pagamento da dívida gigantesca, há todo o serviço da dívida, entre juros e outros encargos.

Se o município já se via obrigado a praticar o valor máximo de todas as taxas municipais (entre outros constrangimentos), ver-se-á doravante implicado em criar novas taxas. Paralelamente, a solução preconizada pelo executivo de maioria PSD de venda de património terá aplicação mais drástica e acelerada.

Perante este sombrio cenário que assola o nosso concelho, o Bloco de Esquerda vota contra a aprovação deste Programa.

Vila Real de Santo António, 28 de Abril de 2016


José Dourado

**DECLARAÇÃO DE VOTO****FAM – Fundo de Apoio Municipal**

Apresentada em reunião
ordinária de
20 ABR 2016

Mult

O PAM é um contrato elaborado entre o Fundo de Apoio Municipal e o Município.

O PAM garante o serviço da dívida municipal, o que significa que o capital poderá não ser amortizado, mas todos os recursos do município vão estar ao serviço do pagamento dos juros e dos encargos de quem o financia.

Se a câmara municipal de Vila Real de Santo António de maioria absoluta PSD está a recorrer ao fundo previsto na Lei 53/2014 de 25 de agosto é porque já não tem condições para, por si própria respeitar o limite até ao qual se poderia endividar, um limite curiosamente estabelecido por um Governo PSD/CDS.

O Fundo de Apoio Municipal — que dizem ser uma ajuda — tem por objetivo obter resultados financeiros para os promotores e a respetiva distribuição.

É uma lógica de funcionamento das autarquias locais que ainda lhes vai criar mais dificuldades.

Na declaração de voto apresentada na altura da adesão ao FAM por parte da maioria PSD, a CDU apresentou as legítimas preocupações que se levantam ao futuro das contas do município, co a CDU anteriormente justificou.

A execução orçamental do ano em curso ainda carrega mais preocupações sobre as contas da autarquia, pois um orçamento de base zero da ordem dos 25 milhões que tem em si o compromisso de responder com cerca de 6 milhões para pagamento da dívida e do serviço da dívida, no âmbito do PAEL, teve uma execução inferior em cerca de 5 milhões de euros.

A proposta inicial de adesão ao FAM, que conta com aquele orçamento mitigado, inicialmente prevista para 14 milhões subiu para 19,6 milhões.

Como se paga tudo isto?

Criando novas taxas, aumentado outras e vendendo todo o património, responde o PSD.

A CDU vota contra, por não estar de acordo.

O Vereador

José Cruz



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: Apreciação e votação de transferência financeira com vista a equilibrar os resultados da SGU.

O Bloco de Esquerda vota contra esta nova transferência financeira. O voto contra reflete a nossa oposição ao projeto autárquico do PSD, que tem vindo a esvaziar de competências a Câmara Municipal a favor da empresa municipal SGU. Este facto revela-se redutor da democracia local, na medida em que os administradores da SGU, não sendo eleitos pela população, escapam ao seu controlo democrático.

Do mesmo modo, a SGU tem vindo, junto com a Câmara Municipal, a acumular dívida e a comportar-se como mais um foco sugador das finanças municipais, e este ano temos mais um exemplo disso mesmo, com mais uma transferência financeira da autarquia para a empresa municipal, a fim de cobrir os seus prejuízos.

Vila Real de Santo António, 28 de Abril de 2016

José Dourado



Bloco de Esquerda

multa
Re

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: Apreciação e votação do concurso para conceção, construção, exploração e gestão de equipamentos hoteleiros no Complexo Desportivo de VRSA.

A proposta de lançar um concurso para a construção de uma unidade hoteleira nos terrenos do complexo desportivo fará com que sejam eliminadas várias infraestruturas importantes que se encontram ao serviço da população, como os campos de ténis, os de padel e uma parte substancial do jardim e do parque, situado entre os campos de futsal e os campos de ténis. Dita proposta não deixará de ser por nós contestada, por todos os meios.

A proposta apresentada pelo executivo camarário insere-se no projeto autárquico em vigor, e pretende, neste caso, transformar o Complexo Desportivo Municipal numa área de negócios ao serviço de entidades privadas. O Bloco de Esquerda é radicalmente contra a possibilidade de entregar a privados a gestão de serviços municipais. O Complexo Desportivo de Vila Real de Santo António é de natureza pública, e as propostas que o executivo de maioria PSD nos apresenta revelam uma lógica de gestão completamente afastada da lógica de gestão pública. A sua estratégia é a da privatização dos serviços municipais e a da alienação de património; estratégia favorável aos grupos financeiros e não aos trabalhadores e população em geral.

O voto do Bloco de Esquerda é contra.

Vila Real de Santo António, 28 de Abril de 2016

José Dourado



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: Apreciação e votação do concurso para conceção, construção, exploração para renovação dos polidesportivos do Complexo Desportivo de VRSA.

A proposta apresentada pelo executivo camarário insere-se no projeto autárquico em vigor, e pretende, neste caso, transformar o Complexo Desportivo Municipal numa área de negócios ao serviço de entidades privadas. O Bloco de Esquerda é radicalmente contra a possibilidade de entregar a privados a gestão de serviços municipais. O Complexo Desportivo de Vila Real de Santo António é de natureza pública, e as propostas que o executivo de maioria PSD nos apresenta revelam uma lógica de gestão completamente afastada da lógica de gestão pública. A sua estratégia é a da privatização dos serviços municipais e a da alienação de património; estratégia favorável aos grupos financeiros e não aos trabalhadores e população em geral.

O voto do Bloco de Esquerda é contra.

Vila Real de Santo António, 28 de Abril de 2016

José Dourado

Militante



Declaração de voto

Moção do PSD “Regionalizar para um estado mais próximo dos cidadãos”

A Constituição da República Portuguesa estabelece, no seu artigo 236, que no continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas. Adiantando também, que as atribuições e competências das autarquias locais são reguladas por lei, de harmonia com o princípio da descentralização administrativa.

A luta pela instituição das regiões e pela descentralização administrativa faz parte do património e da história do Partido Comunista Português, que tem dado um contributo relevante para a afirmação constante da necessidade da adopção de verdadeiras políticas de desenvolvimento regional, baseadas em princípios de sustentabilidade e solidariedade. Os períodos de maior luta pela regionalização foram inseparáveis da acção, da luta e esforço do PCP e dos eleitos da CDU.

A política da direita tem sido caracterizada pela centralização do poder para que desta forma possa distribuir recursos à sua maneira, sem atender aos reais interesses das diversas regiões. Governos do PSD, CDS e também PS, têm contribuído para acentuar das desigualdades regionais e das assimetrias, com a litoralização do País e uma aplicação de fundos comunitários e grandes investimentos que não tem respeitado os reais interesses do desenvolvimento regional.

Sendo verdade que o desenvolvimento regional só pode ser assegurado por uma justa política nacional, não é menos verdade que esse desenvolvimento regional reclama a existência de um poder e uma capacidade de decisão regional, com legitimidade e força política emanadas da vontade popular, com meios e instrumentos adequados.

A questão da regionalização continua a ser um assunto actual, e que enquanto não for resolvido não deixará de ser colocado na ordem do dia do debate das questões políticas e das questões associadas ao desenvolvimento regional.

Sendo um imperativo constitucional, sendo o Poder Local que falta, a criação das Regiões implica a realização de um Referendo com resposta positiva para a sua instituição em concreto. Norma constitucional que foi introduzida pelo PS e PSD e que representa uma dificuldade que teria sido dispensável. Mas que foi criada precisamente como mecanismo de bloqueio, por quem teve e tem responsabilidades políticas no processo.

Consideramos que a regionalização, deve ser feita com vista à descentralização com efectiva transferência de competências e meios, com autonomia política, administrativa e financeira. E não de mera desconcentração em que o poder de decisão se mantém no poder central ainda que os organismos possam estar nas regiões.

Entendemos que o associativismo municipal que existe e deve ser incentivado



não pode ser um sucedâneo da regionalização. Há matérias que podem e devem ser resolvidas através da cooperação intermunicipal, mas há matérias que exigem um outro escalão de poder, uma outra visão e ela só pode ser dada pelas regiões administrativas.

O Algarve assume-se de forma natural como uma região no plano nacional e que muito beneficiaria da concretização da regionalização. Sem qualquer demagogia, ou ilusionismo, o PCP nunca faltou quando foi preciso defender a regionalização, quer no Algarve, quer na Assembleia da República, quer no resto do país.

Abstivemo-nos na votação desta moção, (independentemente da sua validade ao ser enviada ao governo, por esta estar fora de tempo útil para o objectivo pretendido – Programa Nacional de Reformas), por considerarmos que o PSD, que durante os quatro anos em que foi governo nada fez sobre este tema, tem agora uma posição contraditória com a prática que desenvolveu, pretendendo branquear a posição de bloqueio à criação das regiões administrativas, que ao longo de 40 anos exerceu, impedindo o cumprimento do pressuposto constitucional da regionalização.

Vila Real de Santo António, 28 de Abril de 2016

Os eleitos da CDU:

The image shows three handwritten signatures in blue ink, each written over a horizontal line. The signatures are stylized and appear to be of the elected members of the CDU.